

Sistemas Produtivos e Desenvolvimento Profissional: Desafios e Perspectivas**Estudo de dois ciclos da política de expansão da educação tecnológica no Estado de São Paulo via FATEC's (2001-2007)**

Diane Andreia de Souza Fiala
Fatec Itu
diane.fiala@fatec.sp.gov.br

Resumo: O objetivo principal deste artigo é apresentar resultados de como se deu o processo de construção da agenda e a elaboração da política de expansão da educação tecnológica no Estado de São Paulo, via Faculdades de Tecnologia públicas (FATEC's) no período de 2001-2007. O tema é importante porque é a primeira vez que um documento desta natureza foi elaborado no Estado de São Paulo. O principal interrogante foi: Como se deu o processo de expansão das Fatecs no Estado de São Paulo? A metodologia incluiu revisão de literatura e consulta a fontes documentais e coleta de dados secundários em bases de dados eletrônicas. Principal resultado é que a expansão incluía todo o ensino superior público estadual e o foco foi direcionado aos cursos superiores de tecnologia.

Palavras-chave: Agenda da política de expansão. Análise da política. Elaboração da Política. Centro Paula Souza. Ciclos da política.

Abstract: The aim of this paper is to present results of how to set the agenda of policy expansion of technological education in the State of São Paulo, via Colleges of Technology (FATEC's) in the period 2001-2007. The issue is important because it is the first time that such a document was drawn up in São Paulo. The main questioner was: How did the process of expanding Fatecs in São Paulo? The methodology included literature review and consultation of documentary sources and secondary data collected in electronic databases. Main result is that the expansion included the entire state public higher education and the focus was directed to higher education to technology.

Keywords: Agenda expansion policy. Agenda expansion policy . Analysis of the policy. Development of Policy. Centro Paula Souza. Cycles of politics.

1- Introdução

Este artigo traz resultados parciais de pesquisa, que é parte de dissertação em construção, cuja qualificação acontecerá ainda no segundo semestre de 2015, na Faculdade de Educação da Unicamp, sob orientação do prof. Dr. Luis Enrique Aguilar.

No Estado de São Paulo a política da educação tecnológica¹ tem seu marco com a publicação do Decreto-Lei de 6 de outubro de 1969². Neste documento oficializa-se que o Centro Paula Souza é a instituição incumbida da “articulação, a realização e o desenvolvimento da educação tecnológica, nos graus de ensino médio e superior [...]”³, ou seja, é a instituição responsável pela implementação da política de educação tecnológica pública no Estado de São Paulo.

A Resolução 01, de 19 de janeiro de 2001 do CRUESP (Conselho dos Reitores das Universidades Estaduais) é um marco no ciclo da expansão das FATECs (documento denominado Expansão do Sistema Estadual Público de Ensino Superior, se consolida com o Plano Diretor para Desenvolvimento do Ensino Superior Público no Estado de São Paulo ainda em fase de implementação – (PEDROSA, 2010)).

A expansão da educação tecnológica é uma importante política que foi implementada verticalmente. Era a primeira vez que se construía um documento semelhante para a educação superior pública no Estado de São Paulo. Por este motivo surgiu, no processo de construção deste artigo, o seguinte interrogante: Como se deu o processo de expansão das Fatecs no Estado de São Paulo? A hipótese inicial era a de que, mais uma vez, tinha-se a outra política implementada verticalmente, como política de governo, e que para entender o ciclo de implementação era preciso ter conhecimento de como se deu a etapa de fixação da agenda e elaboração da política.

Por este motivo o objetivo principal deste artigo é apresentar resultados de como se deu a etapa de fixação da agenda e a elaboração da política de expansão da educação tecnológica no Estado de São Paulo, via Faculdades de Tecnologia públicas (FATEC’s), no período de 2001-2007. O tema é importante porque durante a pesquisa de dados encontrou-se um esboço de política pública para a expansão do ensino superior público no Estado de São Paulo e seria a primeira vez que um documento desta natureza foi elaborado no Estado de São Paulo (CRUESP, 2001).

O principal resultado é que a expansão estava prevista para acontecer via cursos sequenciais, também nas Universidades públicas, mas o foco foi direcionado aos cursos superiores de tecnologia, ou seja, a expansão do ensino superior aconteceu em grande escala nas Fatec’s, porque era a área de *expertise* do Centro Paula Souza.

¹ No Brasil a expressão **educação tecnológica** passou a ser empregada a partir de 1978¹ e, de acordo com o Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997, que regulamenta o art. 39 da LDB, a educação tecnológica “refere-se a um nível da educação profissional, correspondente aos cursos de nível superior, destinados aos egressos do ensino médio e técnico, e regulamentados por dispositivos próprios [...]”.

² Criou o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo como entidade autárquica. Em 1971 recebeu a denominação Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (conhecido como Centro Paula Souza). De acordo com Paulo Ernesto Tolle, entrevistado por Shozo Motoyama, a intenção era que o Centro Paula Souza fosse referência na sua área de atuação (MOTOYAMA, 1995, p. 105).

³ Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1969/decreto.lei-0-06.10.1969.html>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

2- Referencial teórico

Para apresentar brevemente o estado da arte sobre o assunto de que se trata de explanar neste artigo científico, primeiramente é importante conceituar sobre a Ciência da Política e seu processo de análise. O termo Ciência **da** Política é de autoria de Harold Dwight Lasswell e foi criado em 1951, o termo nasce fundamentado na concepção positivista, no pós-guerra, numa tentativa de melhorar o alcance das políticas implementadas naquela conjuntura, ou seja, de dar aos decisores dados quantitativos que permitissem uma decisão racional (VILLANUEVA, 1993; LASSWELL; LERNER, 1951).

A palavra ciência deriva do latim *scientia* (conhecimento) e *sciens* (saber), que vem a ser o conjunto de conhecimentos (atento) sobre as coisas ou fenômenos ou saber aprofundado de algo, obtido via a prática sistemática, ou obtidos mediante a observação de seus princípios ou causas (LAROUSSE, 1998). Portanto, o fato de adquirir conhecimento, baseado em um método científico, bem como à organização destes, é o referencial da ciência moderna. Para o autor Stoker (1995, p. 18-19) ciência é uma “produção **organizada** de conhecimento que exige dos que a praticam certas disciplinas intelectuais, especialmente, coerência lógica e dados adequados” [grifo nosso].

A palavra política vem do grego *politika*, que é o plural de *politikós* que significa as coisas políticas; de *politeia* que é o regime político ou ainda o direito dos cidadãos e de *politikè*, que seria a arte política⁴. De acordo com o Gran Dicionario Larousse (1998) é a atividade ou arte de governar um estado ou outra comunidade; a atividade dos que aspiram a reger os assuntos públicos, mediante eleições ou consultas, bem como a atividade do cidadão quando intervém nos assuntos públicos. Para Villanueva (1993b, p. 25) “La política es entonces un proceso, un “curso de acción””, ou seja, envolve e depende de um comportamento propositivo, intencional, planejado, não apenas reativo e casual: é uma ação com sentido (VILLANUEVA, 1993).

Na língua inglesa há significados diferentes para a palavra política. Esta deriva em *policy*, *polity* e *politics*. Os autores Bazua e Valenti (1993; 1995) afirmam que *politics* se refere ao discurso político que está trás da *policy* que viria a ser a política pública, o discurso técnico da política pública, a *policy* refere-se à dimensão técnico-prescritiva das decisões, e a *polity* se refere à ordem do sistema político, se centram no Estado e sua organização e instituições. Para Villanueva (1993) a *policy* é a velha *politics* de sempre: jogos de poder, ajustes de contas, correlações de poder. É possível afirmar que os problemas públicos e sociais diferem uns dos outros, possuem sua especificidade e, por isso, demandam políticas para sua atenção e tratamento que sejam também específicas nos seus objetivos, instrumentos, modos, procedimentos, agentes e tempos. Não existe o abstrato e, sim, diversas situações, modalidades, causas, oportunidades, problemas e percepções (VILLANUEVA, 1993b).

Entre todos os autores e conceitos que há na área de políticas públicas, optou-se pelo conceito apresentado por Luis Fernando Aguilar Villanueva, para ele, “En suma, al hablar de políticas públicas queremos decir decisiones de gobierno que incorporan la **opinión**, la **participación**, la **corresponsabilidad** y el dinero de

⁴ Disponível em: <farolpolitico.blogspot.com.br/2007/04/politica-etimologia.html>. Acesso em: 6 abr. 2015.

los privados, en su calidad de **ciudadanos** electores y contribuyentes.” [grifo nosso] (VILLANUEVA, 1993b, p. 41). De acordo com Villanueva (1993) a definição de política, na literatura, pode se dar como descritiva ou teórica. Na perspectiva descritiva a política é um processo, um curso de ação deliberadamente desenhado e efetivamente seguido e, tampouco é somente uma decisão, mas, sim, um conjunto de ações, que não envolve apenas o que o governante quer, pois vai muito além de suas intenções contando com a ação coletiva. E pela perspectiva teórica as políticas – tanto seu desenho quanto seu desenvolvimento não se determinam em um neutro espaço jurídico ou administrativos e, sim, numa arena política onde atuam, lutam e disputam as forças políticas e são **as políticas** que determinam a **política**.

Para construir uma análise de como se deu a etapa de fixação da agenda e elaboração da política de expansão, que se pretende apresentar a seguir é importante destacar que as leituras iniciais apontaram que as etapas desta política não foram criteriosamente respeitadas, o que é comum de acontecer (MULLER, 2002). Tais constatações impedem a realização da análise do **processo** da política, mas possibilitam uma análise de alguns de seus **ciclos**. O ciclo da política é um conceito que surge na década de 1970, nos Estados Unidos da América, tendo como referente a May e Wildavsky (1977). Diferentemente do processo da política, que é composto pelas etapas de iniciação, estimação, seleção, implementação, avaliação e finalização (DELEON; BREWER, 1983), no ciclo da política entende-se que essas etapas encontram-se justapostas pela própria dinâmica da implementação da política, então, ao invés de etapas passa-se a ter **momentos**, que são: fixação da agenda, análise da questão (elaboração da política), implementação, avaliação e finalização (MAY; WILDAVSKY, 1977).

E sobre a análise da política é importante citar que o fato de analisar uma política atribui um valor de aprovação ou desaprovação, analisando-a desde uma concepção de justiça (explícita ou implicitamente), nesta circunstância não há a possibilidade de que seja apenas um estudo instrumental, técnico e neutro (ARRETCHE, 1998, p. 30). A mesma autora ainda afirma que por análise de política pública entende-se “o exame da engenharia institucional e dos traços constitutivos [...] busca reconstituir estas características, de forma a apreendê-las em um todo coerente e compreensível [...] dar sentido e entendimento ao caráter errático da ação pública”. Há a análise acadêmica e a análise do especialista ou tecnocrata das políticas. Neste artigo o foco será a análise acadêmica da política, para auxiliar no processo de construção e aportes de melhores inferências (AGUILAR, 2014).

Também é importante conceituar o que vem a da agenda da política, em primeiro lugar convém esclarecer que é por meio da **formação** da agenda que se **produz** a agenda de governo, que **conduz** à formulação e **elaboração** e legitimação da política. Nem todos os problemas entram para a agenda de governo, tampouco todos os que entram ganham relevância ou prioridade (VILLANUEVA, 1993b). Portanto a formação da agenda de governo evidencia qual é a estrutura de poder que domina efetivamente a construção e a formulação da política (MULLER, 2002). Villanueva (1993b) destaca ainda que a mais importante das decisões de um governo é a que envolve a eleição dos assuntos e prioridades de ação, ou seja, sua agenda, pois estas darão o tom e a direção de um determinado governo, e predeterminará os êxitos ou insucessos. A estruturação da agenda traz consigo a definição do problema e as análises das opções de ação. Muller (2002) mostra que esses ciclos não são lineares e que, muitas vezes, as etapas se sobrepõem, ou

acontecem paralelamente, como é o caso da referida política de expansão da educação tecnológica.

3- Método

Primeiramente realizou-se revisão de literatura sobre o tema. Em seguida foram coletados cópias de documentos impressos e outros em bases de dados eletrônicas, bem como outros dados secundários que auxiliam no processo de análise do ciclo de fixação da agenda e elaboração da política.

Para o processo de análise da agenda e elaboração da política tem-se o suporte metodológico de Pierre Muller, que propõe uma análise que seja cognitiva (MULLER, 2002). Pensando em critérios epistemológicos Muller se encaixa no giro interpretativo, recebendo influência de Weber (2006), desde uma visão compreensivista e sua visão da burocracia e da impossibilidade de pensar a sociedade moderna desvinculada desta e de Gramsci (1982) para pensar a intelectualidade dos atores. E como marco de análise e seu enfoque na área de políticas públicas optou-se pelo Marco de Análise pelo Referencial de Pierre Muller (DEUBEL, 2008) porque: o giro interpretativo permite compreender uma oração a partir do conhecimento do seu **significado**, das regras (TORRE, s.d.); e o marco de análise pelo referencial permite entender as políticas públicas como configurações de **atores**. Para a reconstrução de como se deu a fixação da agenda da educação tecnológica, foi essencial ter acesso a dois documentos importantes: Plano de Expansão do Sistema Estadual Público de Ensino Superior (2001) e o Plano Diretor para Desenvolvimento do Ensino Superior Público no Estado de São Paulo (2007).

4- Resultados e discussão

O Centro Paula Souza passa por expansão desde sua criação, mas até 2001 essa expansão ocorre esporadicamente, respondendo a necessidades regionais e vocação local. O que ocorre a partir de 2002 é uma expansão de grande escala, por isso foi o período escolhido para estudo da formação da agenda. Para entender como se deu o processo de formação da agenda apresentar-se-ão a seguir informações a partir das pesquisas de dados secundários e fontes documentais.

No cenário nacional o Decreto 2.208/97 mudava a forma de oferecimento de vagas no ensino técnico e superior, também está em pauta a universalização do ensino médio que demandará uma maior oferta de vagas no ensino superior. E no cenário estadual o período 1999-2000 foi um momento conturbado para o Centro Paula Souza, devido a greves contra a regionalização da instituição. Como conjuntura estrutural naquele momento as instituições de ensino públicas detinham 10% das vagas, com uma oferta de 17.500 vagas, em contrapartida o setor privado oferecia 80 a 90% das vagas e, em São Paulo a cada dez matrículas no ensino superior, apenas duas eram do setor público. E o Plano Nacional de Educação trazia ainda uma previsão de aumentar de 13% para 30% a população matriculada em um período de 10 anos.

A partir dos principais problemas citados acima o então governador interino do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, solicitou ao CRUESP um estudo sobre a expansão do ensino superior público na esfera estadual. A partir deste momento o tema já estava instalado na agenda governamental. Este documento foi denominado Plano de Expansão do Sistema Estadual Público de Ensino Superior, que data de 2001 (a documentação do processo iniciou-se com a resolução

CRUESP-01, de 19/01/2001, que dispunha sobre a criação de Comissão Especial para Expansão do Ensino nas Universidades Estaduais Paulistas e dava outras providências) – (CRUESP, 2001), a comissão foi montada tendo como participantes os pró-reitores das três universidades públicas estaduais, e o documento final deveria ser enviado ao presidente do CRUESP em trinta dias, o principal objetivo da comissão era “propor medidas voltadas à expansão de cursos e vagas de graduação nas três instituições [...]” (p. 2). Aqui é importante chamar a atenção para que a proposta inicial era a de que a expansão acontecesse nas universidades e não no Centro Paula Souza.

O documento preparado pelos pró-reitores das três universidades públicas estaduais foi entregue ao CRUESP no prazo estipulado. No início do documento da comissão sinaliza que uma expansão mais significativa do ensino público superior necessitaria, obrigatoriamente, de “novas opções, que vão ao encontro dos anseios da sociedade e que levem a uma formação mais rápida e de qualidade, de modo a atenderem a demanda social, que também é diversificada” (CRUESP, 2001, p. 3).

A principal proposta do documento final era a de se investir numa expansão do ensino superior via cursos sequenciais: “dessa expansão e diversificação de cursos de nível superior, diferentes da graduação (cursos sequenciais e básicos), devem ficar encarregadas outras instituições públicas de nível superior [...] poderão ser as FATECs [...]” (CRUESP, 2001, p. 3).

As FATECs surgem como alternativa para a expansão. No documento final dos pró-reitores (que citam que as universidades não poderiam passar por essa expansão por causa dos altos custos) é feita menção ao fato de que expandir via Centro Paula Souza traria a não obrigatoriedade da pesquisa, que diminuiria os custos, sem dizer que “a formação após o ensino médio, [...] através dos cursos de graduação tradicionais, [...] [ou] com outras finalidades, como os cursos técnicos, tecnológicos e [...] cursos sequenciais de formação específica ou de complementação de estudos” (CRUESP, 2001, p. 5) era um assunto que já vinha sendo discutido e era um tema pertencente à agenda das pró-reitorias, e tal problematização foi apresentada no I Fórum de Políticas Universitárias (2000). O tema foi explorado nesse evento, e propostas foram apresentadas para essa expansão, incluindo as Universidades federais e o Centro Paula Souza (CRUESP, 2001).

É importante citar que o documento traz a informação de que aquela era uma proposta de política pública (uma política para ser pública precisa contar com a participação de todos os atores envolvidos no processo, então no máximo este documento pode ser entendido como um **esboço** de uma política pública).

Não há um detalhamento dos aspectos qualitativos dessa expansão. O documento traz ainda explicações, alternativas, orçamento necessário, estudos quantitativos detalhados por universidade estadual e para o Centro Paula Souza e a proposta detalhada dos cursos sequenciais.

Em 2002 o documento da expansão criado pelo CRUESP é apresentado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Naquele momento tal documento recebeu críticas da comunidade acadêmica e não foi aceito por docentes, alunos e pelo sindicato (SINTEPS), mas foi executado pelo governador.

A partir daquele momento encerra-se do ciclo da fixação da agenda. Mas a versão final do documento acaba sendo também o ciclo de elaboração da política e passa-se para o ciclo da implementação (que não é o foco deste artigo).

No caso da política de expansão da educação tecnológica no Estado de São Paulo não dá como desvincular o processo de fixação da agenda e análise da questão do próprio processo de elaboração da política (MULLER, 2002), pois o texto de análise de questão se transformou na política que seria implementada, com algumas mudanças, como ver-se-á a seguir.

Em 2005 venceu o prazo da proposta de expansão para cinco anos, que constava no documento elaborado pelo CRUESP em 2001, e foi montado um Comitê de Ciência e Tecnologia (Concite), via proposta da, então, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (SCTDE) para a construção do Plano Diretor para Desenvolvimento do Ensino Superior Público no Estado de São Paulo, que contou com apoio da Fapesp e Finep e foi concretizado com a publicação do Decreto nº 49.829 de 25 de julho de 2005, e foi tido um documento inédito no Brasil (PEDROSA, 2010).

Este documento traça metas para o período 2006-2020. O artigo elaborado por Pedrosa (2010) traz dados importantes sobre o processo de construção deste documento. Naquele momento o Concite tinha como objetivos “abordar e propor medidas referentes a: demanda, acesso, natureza organizacional e administrativa, custos e seu financiamento, inovação e competitividade” e o documento final tinha como objetivo “[...] [planejar] uma expansão significativa do sistema público de ensino superior [no Estado]”. (PEDROSA, 2010, p. 11).

Sobre as FATECs Pedrosa (2010) recupera o que tinha sido pensado no Plano de Expansão do CRUESP de 2001 e narra que: “Dadas as características do processo nas FATECs, que não seguiram os modelos propostos” (p. 11), ou seja, que ao final não implementaram uma expansão via cursos sequenciais ou básicos, “entende-se que as mudanças refletem decisões tomadas independentemente do mesmo, indicando que já havia ocorrido uma alteração na política estadual em relação ao sistema de Ensino Superior profissionalizante, que continuou nos anos seguintes” (p. 11), resumindo: apesar de não constar no documento original do CRUESP de 2001 foi via cursos superiores de tecnologia, oferecidos na FATECs, que a expansão aconteceu em maior escala.

E na versão final do documento consta que a maior expansão do ensino superior na esfera estadual caberia ao ensino profissional e tecnológico. O dado mais relevante é que a meta estipulada de se ter 54 (cinquenta e duas) FATECs até o ano de 2020, já tinha sido atingido em 2012. Por que optou-se pela expansão via Fatecs coincidia com “[...] desempenho dos graduados, que vem obtendo chances profissionais crescentes, com bons salários [...] os salários são em média bastante próximos dos daqueles que concluíram um curso acadêmico tradicional nas universidades” (p. 19), mas os indicadores internacionais também serviram de suporte à escolha pela expansão via cursos superiores de tecnologia “[...] outros países que têm sistemas de formação profissional em nível superior [...] França, Canadá, Coreia do Sul e nos demais países membros da organização [OCDE] a empregabilidade desse grupo é pelo menos igual à dos jovens que têm formação superior tradicional (PEDROSA, 2010, p. 19).

Novamente, já em pleno processo de implementação, o tema da expansão voltou à agenda do governo para ser repensado, reformulado, desta vez de forma estratégica. Nesta nova etapa de reformulação da agenda também é impossível separar a fixação da agenda da etapa da reformulação da política. Não há uma lei sancionada para a expansão da educação tecnológica no Estado de São Paulo via cursos superiores de tecnologia públicos, que são oferecidos nas FATEC’s. Desta forma a expansão ocorre desde 2002 via política de governo, com orçamento

aprovado no PPA desde 2003. Com isso o governo está amparado no princípio da legalidade, que consta na Constituição Federal (art. 5º, inciso II), ou seja, nem o Ministério Público pode interferir no processo, pois há documentos que dão apoio à essa ação governamental no propósito de levar educação superior de qualidade à maior quantidade possível de pessoas que concluíram o ensino médio.

Ao analisar os dois ciclos da política: a de fixação da agenda e da elaboração da política e fica claro que são etapas que na segunda etapa (2005-2007) se sobrepõem e, que na primeira fase (2000-2002), acontecem de forma paralela. Há uma arena de poder que se estabelece; os membros que participam do Concite e da construção do Plano de Expansão, também estão presentes em diversos outros momentos da construção da política partidária no Estado de São Paulo. Sobre a expansão as informações implícitas mostram que a elite intelectual continua tendo acesso à Universidade Pública e os alunos das classes menos favorecidas terão acesso ao ensino superior via cursos superiores de tecnologia. Ou seja, continua-se com uma visão elitista ao se construir a política, e ainda há a intenção de denominá-la pública. Estas ações mostram uma continuidade no processo de pensamento muito semelhante à de Peterossi na década de 1980, mas agora os menos favorecidos, que sobreviverem ao processo de progressão continuada, terão acesso, a um ensino superior que traz boas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, reforçando o que Pierre Muller (2002) sinaliza sobre o processo de construção da agenda e elaboração da política: que se os interessados não se organizam para participar do processo de decisão, isso acontecerá nos setores fazendo-se uso da hegemonia dos dominantes.

O tema que não foi uma prioridade assumida pelo partido em esfera nacional na década de 1990, torna-se a principal ação nessas últimas décadas, os interesses estão presentes, mas não é um fato isolado, pois a temática é parte da agenda nacional e internacional.

A análise do primeiro documento (CRUESP, 2001) traz como principais resultados que o fato do governo ter mudado o foco da expansão de cursos sequenciais para cursos superiores de tecnologia acabou invalidando o planejamento inicial que continha o documento. Portanto, pode-se afirmar que a expansão das FATECs aconteceu sem um planejamento adequado.

A análise do segundo documento (PEDROSA, 2010) mostra que o fato de se traçar metas e não segui-las, também invalida todo o planejamento, investimento, tempo e trabalho das equipes que elaboraram o Plano Diretor.

Já a análise dos dois documentos mostra que delegar o desenho da expansão ao Cruesp e ao Concite (que não conhecem a realidade do Centro Paula Souza) com uma visão de política elitista, reforçando estigmas que remontam do surgimento da educação profissional, sem consulta à base e aos protagonistas da educação tecnológica, faz com que estigmas sejam reforçados.

As análises dos ciclos de fixação da agenda e elaboração da política evidenciam o quão é necessário ter políticas públicas para a educação tecnológica no Estado de São Paulo.

5- Considerações finais

Os dados apresentados acima reconstroem como se deu o processo de fixação da agenda e elaboração da política de expansão para o ensino superior público estadual e que teve as FATECs como propulsora de tal ação. A hipótese levantada foi validada, porque a política foi implementada verticalmente, sem consulta aos atores que atuam na base da educação tecnológica e as reclamações

desses atores não foram ouvidas. O objetivo principal foi alcançado e a metodologia proposta foi pertinente para esta fase inicial da pesquisa.

O resgate destas etapas traz uma compilação de dados que, talvez, muitos dos atores que trabalham na base da educação tecnológica não conheçam. Conhecer e entender como se entrelaçam as etapas de fixação da agenda com a própria elaboração da política, bem como ter acesso a estes documentos, ajudam-nos a entender as problemáticas com as quais convivemos diariamente em nossas unidades.

Era inviável analisar a implementação, parcialmente, sem antes conhecer em profundidade os itens iniciais de todo o ciclo e, como afirma Muller (2002), realmente, o estudo da agenda é intrigante e desafiador, mas traz inferências importantes para uma análise coerente da implementação. Neste sentido o estudo apresentado acima traz algumas contribuições como suporte a outras pesquisas.

Uma política que é implementada sem estudos minuciosos (que brindem ao gestor tanto dados quantitativos quanto qualitativos), tendo como base a lógica do *management* público (que busca resolver com as estratégias de administração de empresas privadas as complexas problemáticas públicas), pode mascarar problemas de origens históricas e perpetuar problemáticas cuja causa pode ser a forma de se pensar a própria política educacional no Estado de São Paulo.

Ao se analisar os documentos dos motivos da criação do Centro Paula Souza na década de 1960 e os documentos da expansão de 2001 e do Plano Diretor é explícito que no Brasil e no Estado de São Paulo ainda se pensa a educação tecnológica como opção aos menos favorecidos.

6- Referências

AGUILAR, Luis Enrique. **A política pública educacional sob a ótica da análise satisfatória**: ensaios. Campinas, São Paulo: Leitura Crítica, 2014.

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998.

BRASIL. Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Presidência da República**.

BRASIL. **Constituição**. Artigo 5º, Inciso II. Princípio da Legalidade. 1988.

BREWER, Garry; DELEON, Peter. **The foundations of policy analysis**. California: Dorsey Press, 1983.

CRUESP. **Expansão do Sistema Estadual Público de Ensino Superior**. São Paulo: Cruesp, 2001.

DEUBEL, André-Noël Roth. Perspectivas teóricas para el análisis de las políticas públicas: de la razón científica al arte retórico? **Estudios políticos**. n. 33, jul./dez., Medellín, 2008. p. 67-91.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. Disponível em: <www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos.../intelectuais...cultura-gramsci/.../file>. Acesso em: 24 jul. 2015.

LAROUSSE. **Gran Diccionario Usual de la Lengua Española**. Barcelona: Larousse, 1998.

LASSWELL, Harold Dwight; LERNER, Daniel. **The Policy Science: recent developments in Scope and Method**. California: Stanford, University Press, 1951.

MAY, Judith; WILDAVSKY, Aaron. **The Policy Cycle**. Michigan: SAGE Publications, 1977.

MOTOYAMA, Shozo. **Educação técnica e tecnológica em questão: 25 anos do CEETEPS: história vivida**. São Paulo: UNESP, CEETEPS, 1995.

MULLER, Pierre. **Las políticas públicas**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2002.

PEDROSA, Renato Hyuda de Luna. Um Plano Diretor para o Ensino Superior Público do estado de São Paulo. **Revista Ensino Superior**, Unicamp, 2010.

PETEROSI, Helena Gemignani. **Educação e mercado de trabalho: análise crítica dos cursos de tecnologia**. SP, Edições Loyola, 1980.

TORRE, Teresa López de la Vieja de la. Comprensión. REYES, Román (org). **Diccionario Crítico de Ciencias Sociales**. Universidad de Salamanca.

SÃO PAULO. Decreto-lei, de 6 de outubro de 1969. Cria, como entidade autárquica, o CEETEPS, e dá providências correlatas. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**.

SÃO PAULO. Decreto 37.735, de 27 de outubro de 1993. Autoriza a transferência das ETEs para o CEETEPS, e dá providências correlatas. **Governo do Estado de São Paulo**.

SÃO PAULO. Parecer CEE n.44, de 1963. **CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**.

STOKER, Gerry. Introdução. In: MARSH, David e STOKER, Gerry. **Teoría y método de la ciencia política**. Madrid: Alianza, 1995.

VILLANUEVA, Luis Fernando Aguilar. Estudio Introductorio: El olvido teórico de la elaboración de la política. In: **El Estudio de las Políticas Públicas: Antologías de Política Pública**, vol. I. México: Editorial Miguel Angel Porrúa, 1993, p.15-83.

_____. Estudio Introductorio. In: **La hechura de la política: Antologías de Política Pública**. México: Editorial Miguel Angel Porrúa, 1993b, p. 15-71.

WEBER, Max. **A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais**: ensaios comentados. Tradução de Gabriel Cohn, São Paulo: Ática, 2006.